

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE DIGITAL

Marilandi Maria Mascarello Vieira¹

Josimar de Aparecido Vieira²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o papel da educação nas sociedades globalizadas, complexas e dominadas pelas novas tecnologias. Foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica de autores como CARDOSO (2007), OLIVEIRA (2005, 2009), DALBOSCO (2009), GOERGEN (2009), SANTAELLA (2004), DEMO (2007), PIMENTA E ANASTASIOU (2002), dentre outros. A partir deste estudo foi possível traçar um retrato da sociedade atual, o processo de globalização, especialmente a formação de grandes blocos econômicos e analisar a importância das novas tecnologias no bojo dessa sociedade. A partir desse cenário se apontou os desafios atuais para a formação das novas gerações, especialmente pela escola. Conclui-se que binômio educação - tecnologia requer ainda muitas discussões que apontam para a necessidade da formação continuada de professores, pois mesmo sendo protagonistas na formação da nova geração ainda não desenvolveram habilidades, conhecimento e atitudes necessárias para formar os sujeitos para a sociedade atual.

Palavras-chave: Globalização; Educação; Sociedade Digital; Formação Humana

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Educação e Mestre em Direito, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Sertão. Endereço: Rua Independência II, nº 55, Centro, Ed. Vila Alpina, apto 207 - Bloco C, CEP 99010-040 - Passo Fundo (RS), Brasil – Tel 3345 – 8002 – E-mail: marilandi.vieira@sertao.ifrs.edu.br

² Doutor em Educação, diretor de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Sertão. Endereço: Rua Independência II, nº 55, Centro, Ed. Vila Alpina, apto 207 - Bloco C, CEP 99010-040 - Passo Fundo (RS), Brasil – Tel 3345 – 8002 – E-mail: josimar.vieira@serto.ifrs.edu.br

No contexto da globalização, os grupos sociais vivenciam mudanças profundas em todas as dimensões da vida, transformações não planejadas que afetam os modos como a sociedade se organiza, como vive e como pensa, o que reflete no mundo do trabalho e nas exigências em termos de formação. Esse novo tempo exige que estejamos em constante processo de formação, já que a provisoriedade é a sua marca registrada, pois como afirmam Mendes e Teixeira (2011, p. 12):

A mudança é um “tópico” que percorre toda a existência e que transita na linha do tempo em diacronia e sincronia. No entanto, ao contrário de outros momentos da História, e quanto mais recuarmos na linha cronológica mais encontramos esta certeza: o presente é, como nunca até aqui, um tempo de efervescências, de mudanças rápidas, evidentes e transformadoras do cotidiano de um número crescente de pessoas. Tudo evolui rapidamente e o adjetivo “antiquado” é, com frequência, um termo utilizado para caracterizar situações de um presente que desaparece velozmente, o que faz do presente um tempo pretérito e do futuro um tempo presente.

Na contemporaneidade as instituições formativas, especialmente a escola, reafirmam sua importância porque o conhecimento se tornou, segundo Azambuja (2006), uma das maiores forças produtivas. Nesse sentido corrobora a análise feita por Estevão (2012) acerca da importância da formação na sociedade que chama de pós-moderna ou sociedade da economia:

[...] a formação tende a tornar-se numa verdadeira instituição, com os seus valores, os seus ritos, os seus mitos, os seus símbolos e as suas estruturas de regulação, que lhe dão uma centralidade, nos dias que correm, dignas de registro, ainda que os seus efeitos práticos ao nível de eficiência técnica possam ser reduzidos. Não surpreende, por isso, que em muitos setores se verifique uma espécie de surto de “formativite aguda”, de que parece padecer a vida social nestes tempos de crise da modernidade.

Assim, a capacidade de geração de riquezas de um país está cada vez mais relacionada com o nível de formação do seu povo e da capacidade de produzir inovações. Segundo NONAKA (apud AZAMBUJA, 2006, p. 2):

Em uma economia onde a única certeza é a incerteza, apenas o conhecimento é fonte segura de vantagem competitiva. Quando os mercados mudam, as tecnologias proliferam, os concorrentes se multiplicam e os produtos se tornam obsoletos quase da noite para o dia, as empresas de sucesso são aquelas que, de forma consistente, criam novos conhecimentos, disseminam-nos profusamente em toda a organização e rapidamente os incorporam em novas tecnologias e produtos. Essas atividades caracterizam a empresa 'criadora de conhecimento', cujo negócio exclusivo é a inovação contínua.

Essa nova realidade exige então permanente atividade de formação e aprendizagem, tarefa que não se reduz ao espaço escolar, mas tem nele a possibilidade de desenvolver importantes habilidades cognitivas. Mas como a escola, instituição secularizada e tradicional, e por muitos considerada obsoleta, pode contribuir para formar as gerações que já nascem em um mundo dominado pela tecnologia digital? É esse o tema que pretendemos problematizar no presente trabalho.

Assim, na primeira parte procuramos caracterizar a sociedade atual, a partir de três adjetivos que, segundo nosso ponto de vista, a identifica, ou seja, globalizada, complexa e digital. No segundo momento tratamos da contribuição da educação para a formação humana.

2 RETRATOS DA SOCIEDADE ATUAL: GLOBAL, COMPLEXA E DIGITAL

Sem a pretensão de aprofundar o tema, dado a limitação exigida pelo presente texto, algumas notas propostas por Dalbosco (2009) nos auxiliam a compreender como se configura a sociedade atual, identificada por alguns como pós-modernas e por outros como pós-metafísicas. Para o referido autor essa nova realidade, especialmente a brasileira e a regional, pode ser caracterizada a partir de alguns eventos econômicos, políticos e sociais como,

[...] a globalização, predomínio do capital financeiro: investimentos em papéis e ações, construção de um estado mínimo com a respectiva desobrigação de suas funções sociais, sobretudo, nas áreas da saúde e da educação, desenvolvimento do agronegócio e do sistema de integração entre empresa e pequenas propriedades rurais e como sociedade do conhecimento e sociedade da informação: aparecimento da *Internet*. (DALBOSCO, 2009, p. 7).

Em que sentido se pode fazer referência à sociedade global? o que caracteriza essa sociedade globalizada? Do ponto de vista econômico, a partir do final da Segunda Guerra Mundial os Estados Nacionais passaram a intensificar a formação de blocos regionais, fenômeno que foi aprofundado na década de 1990. Segundo Cardoso (2007, p. 168), em 1995, marco da criação da Organização Mundial do Comércio, a maioria dos Estados integrava blocos regionais, exceto Hong Kong e Japão. Em julho de 2005, somente a Mongólia não havia aderido à onda do regionalismo. Conforme o mesmo autor, os acordos multiplicaram-se na última década, passando de 124, em 1994, para mais de 300 em 2006.

Oliveira (2009, p. 535) aponta nos anos 2000 a proliferação de acordos comerciais bilaterais e a forte tendência de criação de pequenos espaços preferenciais de comércio, “porque neles as negociações se operam de modo mais rápido e seus acordos se limitam a poucas cláusulas e normas alfandegárias comuns, comparados aos complexos tratados multilaterais de criação dos blocos regionais de diversos membros”. Assim, os países tornam-se simultaneamente membros de diversas áreas preferenciais e essa profusão de acordos bilaterais é chamada de *Spaghetti bowl*.

Na atualidade praticamente todos os países do globo fazem parte de um bloco econômico e essa tendência deu origem ao panregionalismo que, segundo Senhoras e Vitte (2007, p. 4), configuram processos de integração regional transnacional de grandes dimensões, que além de se constituírem como espaços de conglomerações estatais, conjugam esforços de um país ou grupo de países centrais para alcançar ou manter sua hegemonia mundial por meio da formação de três panregiões: a da Europa, América do Norte e do Pacífico Asiático. Atualmente são consideradas as regiões mais integradas e avançadas, onde se concentra o poder mundial e a elas se associam áreas periféricas e semi-periféricas mediante a constituição de grande número de blocos econômicos e outros tipos de organizações internacionais.

Para entender esse fenômeno é necessário retornar ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando três fatos importantes marcaram a mudança de rumos da integração do hemisfério Sul: o Consenso de Washington, projeto Iniciativa para as Américas e o projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O Consenso de Washington teve como marco uma reunião convocada pelo *Institute for International Economics*, realizada em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos, com a participação de funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros como o Banco Mundial, o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo objetivo, segundo Oliveira (2005, p. 208) era elaborar um conjunto de reformas econômicas para os países latino-americanos em desenvolvimento, ou ainda “um conjunto de princípios voltados ao sucesso do mercado livre” (p. 210).

O Consenso de Washington foi o resultado das discussões ali travadas, em que se discutiram as principais medidas que deveriam ser efetivadas pelos países latino-americanos para enfrentar a crise econômica das décadas de 1980 e início dos anos de 1990, tendo como pressuposto as políticas neoliberais, cujas formulações foram elaboradas por um grupo de

intelectuais e sistematizadas por John Willianson, funcionário do *Institute*, que podem ser sintetizadas nos seguintes pontos: disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial e financeira, câmbio de mercado, investimento direto estrangeiro, privatizações das estatais, desregulação ou afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas e garantia dos direitos de propriedade.

Esse conjunto de princípios foi utilizado como critério para a concessão de apoios político e econômico, especialmente empréstimos aos países latino-americanos, pelos organismos internacionais como o BID e o FMI.

Em síntese, Oliveira (2005, p. 211) afirma que tais pontos convergiam para duas variáveis determinantes: “a) redução drástica do Estado – Estado mínimo – culminando na corrosão dos conceitos de nação e soberania; b) máxima abertura à importação de bens e serviços, à entrada de capitais de risco e à adoção do princípio de mercado auto-regulável nas relações econômicas internas e externas”.

A hegemonia do processo econômico desloca-se então dos Estados como nação para os donos do capital financeiro, e nesse sentido, para o regionalismo aberto da América Latina esse deslocamento resultou na diminuição do papel dos Estados – que haviam protagonizado as iniciativas de integração dos anos de 1960 a 1980 – reforçando a participação das empresas, principalmente as estrangeiras, e centrando nos interesses comerciais os acordos regionais, especialmente por meio das privatizações de empresas públicas em áreas estratégicas. Sobre a repercussão desse modelo neoliberal de desenvolvimento, Oliveira (2005, p. 215) observa:

Na realidade, a privatização pontuada pela burocracia de Washington não levaria a uma retomada do desenvolvimento, nem canalizaria recursos do setor privado para investimentos no setor público. Prestava-se, sem dúvida, de um lado, como ferramenta para enfraquecer o Estado e, de outro, para fortalecer os monopólios econômicos nas áreas públicas e estratégicas, nos setores de energia e comunicação, nas compras governamentais e das indústrias, podendo, por isso, desarticular a máquina estatal de administração indireta.

Para os defensores no modelo neoliberal, o desenvolvimento da América Latina se daria mediante da ampliação do comércio exterior, e para tanto deveria haver um crescimento nas exportações, o que fomentou uma grande profusão de acordos bilaterais de comércio.

Já o Projeto Iniciativa para as Américas foi lançado em 1991 pelos Estados Unidos como instrumento para apoiar as reformas estruturais das economias da América Latina e Caribe e incentivar a aproximação comercial com àqueles países, firmando acordos

preferenciais para obter posteriormente uma área de livre comércio hemisférica: ALCA. Para tanto, afirma Oliveira (2009, p. 548), aquele país passou a “[...] apoiar projetos e programas que proporcionassem reformas políticas de investimentos e reduzissem as dívidas dos países latinos, com o intuito de apoiar reformas de mercado e a modernização de suas economias”.

Mas a Iniciativa para as Américas representou, no entender de Magnolli e Araújo (1998, p. 38), muito mais que a gênese do mercado comum, mas revelou um novo interesse norte-americano pelo continente: “a volta para a América, representa a retomada de uma orientação geopolítica muito antiga, o princípio ‘A América para os americanos’, celebrizado pelo presidente James Monroe em 1823, e que orientou a política externa dos Estados Unidos da América até a II Guerra Mundial”.

Quanto aos resultados desse projeto, Senhora e Vitte (2007, p. 9) entendem que apesar da sua boa recepção pelos países latino-americanos, a iniciativa mostrou-se ambiciosa demais no papel e pouco palpável na realidade.

Ainda, nesse período, os Estados Unidos passaram a promover, a partir de 1994, as Cúpulas das Américas, nas quais passou a propor negociações e acordos bilaterais junto a blocos regionais e países latino-americanos, a fim de fazer avançar as projeções de seu poder no espaço regional como forma de manter sua hegemonia mundial.

Assim, segundo Senhora e Vitte (2007, p. 9) na primeira Cúpula das Américas a gestão Bill Clinton apresentou a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que, discutida nas Cúpulas posteriores, culminou em negociações em 2001, mas que não teve a projeção esperada e paralisou de vez a partir de 2005.

A proposta da criação de uma área de livre comércio nas Américas por parte dos Estados Unidos tinha por finalidade configurar um sistema continental de relações em que ele ocupasse o centro, controlando a agenda de vinculação dos demais países periféricos, de caráter mercantil, que fortaleceria a hegemonia norte-americana na região, ameaçada em função da crescente concorrência da União Européia e dos blocos da região do Pacífico e da Ásia.

As negociações fracassaram, segundo Senhora e Vitte (2007, p. 10) porque os países periféricos se deram conta de que os Estados Unidos não concordava em abrir seus mercados, e assim os Estados-membros do MERCOSUL não aceitaram as normas defendidas pelos americanos, como regras para propriedade intelectual e serviços. Segundo os autores, para esses Estados,

[...] seria particularmente perigoso um acordo de livre comércio segundo os parâmetros estadunidenses, pois reduziria muito a margem de manobra da política comercial dos países do MERCOSUL e colocaria restrições às políticas de desenvolvimento brasileiro, sem oferecer em contrapartida, ganhos substanciais em termos de acesso aos mercados dos Estados Unidos.

Assim, fica evidente o conflito de interesses entre os Estados Unidos e os Estados-membros do MERCOSUL, e até o momento as negociações para a criação dessa área de livre comércio não tem apresentado sinais de avanço.

Mesmo com a não institucionalização da ALCA, os acordos bilaterais de orientação comercial neoliberal entre os blocos subregionais e os Estados Unidos, União Européia e mais recentemente com os países asiáticos e do Oriente Médio têm sido ampliados e “nesse sentido, desde meados da década de 80 os promotores do Consenso de Washington vêm exercitando estratégia de múltiplas vias – *multi-track* – combinando regionalismo com bilateralismo, multilateralismo e unilateralismo” (OLIVEIRA, 2009, p. 549).

Nos últimos anos, entretanto, vêm surgindo críticas a essa visão neoliberal de desenvolvimento baseada no excesso de acordos bilaterais de caráter comercial, que teria levado a “[...] ignorar temas relacionados às assimetrias estruturais entre os países-membros e, de forma mais geral, a deixar de lado preocupações com as dimensões produtivas e ‘de desenvolvimento’ dos processos de integração” (VEIGA e RIOS, 2009, p. 19).

O problema fundamental desse processo reside no fato de que as relações comerciais têm ocorrido entre países desenvolvidos e países com baixo grau de desenvolvimento, o que leva a relações de assimetria entre eles que, pelas vias do comércio, não tendem a serem superadas.

Diante desse cenário o regionalismo latino-americano precisa avançar para formas mais amplas e solidárias de integração, criando políticas que contemplem os países menos desenvolvidos e, dentro deles, as regiões mais atrasadas, abandonando a lógica neoliberal que tem prevalecido nos acordos de integração efetivados na última década. Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 537) anota:

A agenda do novo regionalismo deverá adotar desenhos de uma coesa política social regional, com justa distribuição dos resultados e benefícios da integração, em conjunto com desenhos de uma política de desenvolvimento sustentável – regional, subregional, macrorregional, microrregional – caracterizada pelo crescimento harmonioso e coordenado em direção aos recursos naturais do planeta e seu uso limpo.

Além disso, será necessário deslocar o foco de atuação para além dos temas econômicos, incluindo as questões culturais, sociais e políticas e é nesse sentido que se inserem as criações da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA- TCP) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Por fim, é preciso ponderar que os blocos regionais precisam posicionar-se frente a uma questão crucial para a definição dos seus rumos futuros: ou ampliam a integração regional por meio de acordos mais amplos e profundos entre os Estados-membros ou permanecem na integração rasa por meio da diversificação de acordos bilaterais negociados com os países centrais. A resposta que se der a essa questão definirá os rumos do regionalismo aberto na América Latina para as próximas décadas.

Quanto às consequências do aumento de acordos bilaterais, Oliveira (2009, p. 535) ressalta que poderão resultar em dispersão de iniciativas de integração, com a consequente “perda do protagonismo de seus atores, falta de coesão e de identidade regional, fatores que impedirão, com certeza, o equilíbrio, a estabilidade e o desenvolvimento desse fenômeno”.

Além dos aspectos econômicos, outros fenômenos são apontados por Goergen (2013) como distintivos dessa nova sociedade globalizada, tais como o consumismo, o individualismo, o predomínio da ciência e da tecnologia e trata das implicações para as novas formas de organização e de constituição dos sujeitos:

Com a crescente globalização, as mudanças em curso se disseminam por todas as sociedades ocidentais e mesmo orientais. [...] A construção da identidade que tradicionalmente ocorria através da integração num contexto de tradições e valores estáveis e fixos torna-se agora fragmentária e dispersa. O que antes era uma trajetória natural e direta para o interior de uma tradição, hoje se apresenta como uma encruzilhada de múltiplas alternativas e escolhas. Antes de tudo, trata-se de uma sociedade em permanente movimento de transformação, seja no plano econômico, cultural ou ético. Resulta daí um cenário de identidades diferenciadas que coabitam lado a lado e que precisam entender-se sem parâmetros nem critérios. Uma sociedade dependente da ininterrupta produção do novo no plano do conhecimento, da moda, da informação, da arte e até mesmo dos valores (p. 4).

Uma das consequências dessa nova forma de organização social é o que Pimenta e Anastasiou (2002) chamam de “esgaçadura das condições humanas”, que se manifesta através da crescente onda de violência, da concentração de renda, da destruição da vida pelas drogas, da destruição do meio ambiente e deterioração das relações interpessoais. Outras manifestações dessa situação são a desconstituição dos núcleos familiares tradicionais, uma

diversidade impressionante de leituras de mundo que põe em xeque os códigos morais, o enfraquecimento da autoridade e das instituições. Essas questões, segundo as autoras, são resultantes das relações assimétricas entre países desenvolvidos e periféricos e nos primeiros o fenômeno da esgaçadura se manifesta nos choques entre culturas diversas, sobretudo pela presença de imigrantes, e fica mais evidenciado pela globalização das informações, que expõe os conflitos através da mídia.

Goergen (2013) também procura identificar os traços distintivos da sociedade atual, que pode ser adjetivada como complexa, em oposição às sociedades tradicionais, pois o cenário é caracterizado pelo desenvolvimento científico-tecnológico e pela emergência de lutas sociais promovidas pelo engajamento de novos atores (mulheres, jovens, negros, homossexuais, ecologistas, pacifistas) que se expressam articulados no interior da sociedade. Segundo o autor, esses movimentos têm menor componente político e econômico e estão focados na criação de novos códigos e símbolos sociais. Ele afirma que “sua leitura traz a dupla mensagem de que mudanças muito importantes estão em curso e que muito resta a fazer para que tais inovações que muitas vezes implicam a quebra de antigas tradições e tabus tenham um sentido verdadeiramente humano” (p. 2).

A complexidade das sociedades atuais, portanto, é resultante de um conjunto de fatores de ordem econômica, social e cultural e, segundo o mesmo autor, ela envolve conceitos como ‘sociedade pós-industrial’, ‘sociedade pós-moderna’, ‘capitalismo tardio’, ‘sociedade da informação’, ‘sociedade do conhecimento’, enfim, ‘sociedade complexa’. Ressalta Goergen (2013) que cada um dos conceitos põe em relevo um aspecto que caracteriza a sociedade contemporânea: indústria, modernidade, capital, informação, conhecimento, complexidade. Isto significa que os paradigmas usados para entender e analisar as formas sociais clássicas já não são suficientes para entender a sociedade atual.

Outro aspecto distintivo dessa nova configuração societária é o avanço das tecnologias, a chamada revolução midiática. A era contemporânea tem sido identificada também como sociedade digital que, segundo Dalbosco (2009, p. 1) “[...] é marcada por profundas transformações ocorridas na sociedade ocidental, especialmente nos Estados Unidos da América, a partir da década de 1970, com a revolução microeletrônica, ocasionando a introdução maciça de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)”.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE DIGITAL

Dada à natureza desse trabalho, não nos é possível aprofundar todas as repercussões que a introdução das novas tecnologias tem provocado na sociedade atual. Importa mencionar que estudos como o de Freitas (2000) sinalizam que a tecnologia digital, ao exigir uma série de transformações no suporte e nas formas tradicionais de operar a leitura e a escrita, estaria afetando a consciência e a forma de cognição. O *habitus* do leitor teria sido modificado pela transformação dos artefatos de leitura e escrita na internet, de modo a forjar um novo modelo mental interativo, explorável, móvel, modificável, articulado sobre mil reservas de dados.

Essa nova realidade traz a pais e educadores novos desafios para educar as gerações futuras, tema que abordaremos a seguir.

3 FORMAÇÃO HUMANA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

No contexto das sociedades globalizada, complexa e digital, cabe indagar qual o papel do conhecimento e da escola na formação das novas gerações, pois segundo Coelho e Guimarães (2012, p. 327), “diferentemente dos outros seres vivos, os humanos precisam ser formados. Se não estão prontos, se a razão e a liberdade precisam ser desenvolvidas, a educação é a condição para a emergência e o aperfeiçoamento do humano em cada um de nós”.

Para adentrar nessa discussão é necessário compreender o que se tem entendido por formação e especialmente que desafios a escola enfrenta na formação de seus alunos no contexto atual.

A primeira fonte à qual recorreremos para dar conta da tarefa de definir um termo normalmente é o dicionário e o Houaiss registra que o vocábulo “formação” deriva da palavra latina *formatione*, e significa o “ato, efeito ou modo de formar, constituir (algo); criação, construção, constituição” e, ainda o “conjunto de conhecimentos e habilidades específicos a um determinado campo de atividade prática ou intelectual”. Nota-se que duas dimensões fundamentais estão implícitas no conceito: o **processo**, expresso em termos como criação, construção, constituição e que traduz a ideia de ação, o **produto**, já que menciona conjunto de conhecimentos e habilidades.

Nesse sentido, Fávero e Tonietto (2010, p. 56) procuram definir formação como o

‘ato ou efeito de formar’, ‘maneira pela qual se constitui uma mentalidade, um caráter’, ‘formar’ corresponde a ‘instruir, educar, dar a forma natural’, ‘forma’, por sua vez, se aproxima de ‘configuração, feitio, feição exterior, modo particular de ser, modelo, estado, maneira’. Assim, ‘formação diz respeito ao processo pelo qual, mediante educação e instrução, se constitui a mentalidade e/ou caráter de um sujeito com vistas a um modo e/ou maneira particular de ser.

Expresso no excerto está a ideia de forma, que corresponde à modelagem, ao trabalho de criação a partir de uma referência, ao **processo**, portanto, e ao **produto**, quando trata da constituição do sujeito (mentalidade, caráter, modo de ser). Ressaltam os autores ainda o instrumento dessa formação, ou seja, a educação e a instrução.

Freire (1998, p. 25) expressa que o processo de formação transcende a ideia de colocar “na forma” porque há nele uma permanente resignificação pelo sujeito: “[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”.

Assim, analisando a literalidade do termo pode-se afirmar que ele é multidimensional, pois se refere tanto a um processo, que exige ação daquele que “se forma”, quanto a produto, à medida que resulta numa modificação do ser, e ainda ao instrumento ou meio através do qual ela se efetiva, ou seja, a educação e/ou instrução.

É conveniente que se ressalte ainda que o uso corrente na língua portuguesa remete o vocábulo “formação” ao processo de aquisição de conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho de uma profissão segundo a sua realidade. Goergen (2013, p. 07) comenta acerca dessa visão de formação: “O mercado é hoje o exemplo paradigmático de realidade à qual o sujeito deve adaptar-se. As pessoas são induzidas, permitem e desejam ser enquadradas, submetidas, adaptadas, enfim, modeladas à realidade. As mais bem adaptadas são, então, supostamente também as mais bem formadas”. O autor chama a atenção para o reducionismo do uso cotidiano do termo, alertando que a formação humana envolve outras dimensões, além da econômica, como a cultural e a moral.

Garcia (1999, p. 21-22) faz referência às diversas dimensões a que o termo formação remete:

[...] Em primeiro lugar a formação como **realidade conceptual**, não se identifica nem se dilui dentro de outros conceitos que também se usam, tais como educação, ensino, treino, etc. Em segundo lugar, o conceito formação inclui uma dimensão pessoal de **desenvolvimento humano global** que é preciso ter em conta em face de outras concepções eminentemente técnicas. Em terceiro lugar, o conceito formação tem a ver com a **capacidade de formação**, assim como com a vontade de formação. (grifos nossos).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE DIGITAL

Essas três dimensões precisam ser consideradas no processo de alargamento do conceito, pois: a) a realidade conceitual distingue-o de outros processos educativos; b) amplia-o à medida que remete à ideia de formação global do sujeito; e c) ressalta o papel do aprendiz no processo de formação. Essa ampliação é necessária quando consideramos que vivemos em sociedades que se diferenciam de forma cada vez mais radical em relação às sociedades tradicionais em que as pessoas eram educadas em seu contexto familiar e somente frequentavam as instituições educativas para adquirir os conhecimentos necessários ao desempenho de suas tarefas profissionais.

Alarcão e Tavares (2001, p. 103) confirmam esse posicionamento, pois segundo eles “nesta sociedade emergente, começa a ser cada vez mais urgente formar e preparar as pessoas para o incerto, para a mutação e para as situações únicas e até chocantes que lhes exijam um maior esforço para a paz e o desenvolvimento de maiores capacidades de resiliência”.

Essas ideias nos levam a refletir sobre a complexidade da tarefa de formar cidadãos para viver nessas sociedades, pois embora tenha sido recorrente associar o termo formação ao desenvolvimento profissional das pessoas, essa formação precisa ser ampliada para abordar diferentes aspectos: a formação para a autonomia, para a libertação humana, para a emancipação, para a construção de uma sociedade menos centrada no indivíduo e mais na coletividade, pois, como afirmam Coêlho e Guimarães (2012, p. 328-9):

A educação, que tem como objeto a formação de seres humanos, de sujeitos, por meio de complexas relações sociopolíticas, culturais e educativas, é parte do trabalho de emancipação humana, de superação dos preconceitos, do senso comum, da banalização e da superficialidade dos saberes pretensamente críticos e de tudo o que é estreito, limitado e reducionista [...].

Por outro lado, a “invasão” das tecnologias digitais está transformando ambientes tradicionais de ensino, pois as crianças e jovens são “nativos digitais” que, dominando a tecnologia, têm acesso a uma rede quase infinita de informações e de interações até então inimagináveis. Delaunay (2008, p. 268) ajuda-nos a compreender essa realidade:

Para jovens que, desde que nascem, já conhecem a televisão, os videogames, os computadores, a Internet e os telefones celulares, não existem as ‘novas’ e as ‘velhas’ tecnologias: existem instrumentos para informar e comunicar, jogar ou ajudar nos trabalhos escolares. Essa é uma distinção de adultos – pais, avós, educadores – para os quais, a cada surgimento de nova tecnologia, se faz necessário adquirir novos conhecimentos e novas formas de usos sociais.

Para esses jovens, portanto, não há surpresas, não há a necessidade de readaptação, ou seja, abandonar certas práticas e aderir às novas ideias, não se exige deles acomodação de informações novas às suas estruturas mentais, enquanto que para as gerações anteriores, portadoras de outros modelos e vivência de outras experiências, será necessário acomodar dados novos a estruturas existentes. Estamos, portanto, diante de um novo perfil de criança/jovem, a geração *zapping* proposta por Sarlo (2000), cada vez mais estimulada pelas informações, capaz de realizar simultaneamente múltiplas tarefas e com disposição permanente para interagir com o conteúdo apresentado.

Dalbosco (2009) comenta que a geração digital é a formada pelas pessoas nascidas após 1990, com o surgimento da *World Wide Web* (WWW) e identifica como marca característica dessa geração o ato de *zapear*, na medida em que têm à sua disposição múltiplas opções, entre as quais se destacam canais de televisão, vídeo game, computador, celular e internet. Segundo o autor, a geração digital caracteriza-se por estar permanentemente conectada à rede e por navegar com extrema facilidade na internet, manuseando com destreza o ciberespaço.

Santaella (2004) identifica na geração digital outro tipo de leitor em relação às anteriores: aponta que a nova geração é constituída por leitores imersivos, enquanto as anteriores é a de leitores contemplativos e moventes. O leitor contemplativo é o que lê de forma meditativa e reflexiva, “[...] essencialmente contemplação e ruminação; leitura que pode voltar às páginas, repetidas vezes, que pode ser suspensa imaginativamente para a imaginação de um leitor solitário e concentrado” (p. 24). Já o leitor movente é aquele que lê de forma fragmentada, apressada, que se acostuma a identificar diferentes linguagens, além da escrita, como a presença das imagens nas páginas dos jornais e, mais tarde, mesclando-as a ruídos, sons, fala, movimento e ritmo na tela, tornando-se um leitor “fugaz, novidadeiro, de memória curta, mas ágil” (p. 47). Por fim, identifica o leitor imersivo como àquele que aprendeu a ler os hipertextos, os livros eletrônicos que provocou uma “[...] revolução das estruturas do suporte material do escrito, assim como as maneiras de ler” (p. 32).

A geração *zapping*, àquela das crianças e jovens presentes nas escolas hoje, portanto, tem outra forma de leitura, que exige habilidades distintas porque os suportes do texto disponíveis também são diferentes. Segunda Santaella (2004, p. 11),

Essas habilidades de leitura multimídia ainda mais se acentuam quando a hipermídia migra do suporte cd-rom para transitar nas potencialmente infinitas infovias do

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA SOCIEDADE DIGITAL

ciberespaço. Conectando na tela, por meio de movimentos e comandos de um mouse, os nexos eletrônicos dessas infovias, o leitor vai unindo, de modo a-sequencial, fragmentos de informação de naturezas diversas, criando e experimentando, na sua interação com o potencial dialógico da hipermídia, um tipo de comunicação multilinear e labiríntica.

Por meio de saltos receptivos, esse leitor é livre para estabelecer sozinho a ordem textual ou para se perder na desordem dos fragmentos, pois no lugar de um volume encadernado com páginas, onde as frases e/ou imagens se apresentam em uma ordenação sintático-textual, previamente prescrita, surge uma ordenação associativa que só pode ser estabelecida no e por meio do ato de leitura.

Esse novo perfil de leitor trás para os pais e professores dois desafios importantes: o primeiro diz respeito ao fato, já anteriormente mencionado, de que as gerações anteriores não dominam da mesma forma as novas tecnologias e são, portanto, leitores contemplativos ou moventes, com habilidades de leitura diferentes e com grande grau de dificuldade de entender o processo de aprendizagem dos leitores imersivos.

Essa distância entre as gerações causa dificuldades no relacionamento entre elas, conforme menciona Demo (2007, p. 106):

[...] quando os jovens percebem que os pais não lidam bem com as novas tecnologias, o desapontamento é instantâneo, indicando que eles já ficaram para trás. Esse lance não desfaz a importância dos pais para os filhos, mas inspira questionamentos crescentes.

O segundo desafio diz respeito ao como educar gerações que tem acesso a um grande volume de informações, pois a mídia proporciona o acesso a elas, mas também pode dificultar o acesso ao conhecimento, quer pela quantidade de mensagens disponíveis, quer pela ideologia nelas presentes. Desenvolver habilidades para lidar com as informações de como interpretativo é função da escola, pois “[...] nova mídia é instrumento e como tal não educa, porque educar é relação humana” (DEMO, 2007, p.142).

O desafio é, portanto, transformar informações em conhecimento e essa distinção é assim proposta por Gadotti (2000, p.22)

Costuma-se definir esta era como a era do conhecimento. Se for pela importância dada, hoje, ao conhecimento, pode-se dizer que se vive mesmo na era do conhecimento, na sociedade do conhecimento, particularmente em consequência da informatização e o processo de *globalização das telecomunicações* a ela associados. Contudo, seria mais apropriado dizer que se vive na *era da informação*. Existe, de fato, maior difusão de dados e de informações e menor acesso ao conhecimento. (Grifos do autor).

A geração *zapping*, portanto, precisa desenvolver habilidades importantes, como selecionar informações relevantes num oceano de informações e transformá-la em significações, atribuir-lhes sentido e relacioná-las ao contexto para que possam servir de suporte para suas ações. É o que diferencia, segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p. 100) o conhecer do obter informações:

Conhecer significa trabalhar com as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar as fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações, na perspectiva de transformá-las em conhecimento, é primordialmente tarefa das instituições educativas.

E como a escola pode dar conta dessa tarefa, se os seus principais protagonistas, os professores e os alunos, tem tantas diferenças no domínio das tecnologias? Uma pesquisa, realizada com professores brasileiros pela UNESCO (2004) e citada por Demo (2007), quanto ao acesso digital, indicou que 89% dos professores nunca haviam participado, até 2002, de lista de discussão através de correio eletrônico; 69,6% nunca haviam feito uso de correio eletrônico; 58,4% não navegam na internet e 53,9 não diverte-se com seu computador.

Isso nos remete à importância da formação de professores, que é também uma tarefa desafiadora porque se trata de um profissional que tem a função social de formar as novas gerações e dele espera-se que seja capaz de promover mudanças, pois como afirma Goergen (2013, p. 10), “a conquista da autonomia do sujeito e a construção de sua capacidade reflexiva e crítica representa a tarefa central de qualquer educação que se proponha formar cidadãos capazes, não só de atender às exigências do sistema, mas de atuar para a sua transformação e superação”.

É a dimensão ético-política da formação das novas gerações, então, o principal desafio da educação, já que na sociedade atual não é mais suficiente preparar crianças e jovens para o mundo do trabalho, que é fluido e propenso a mudanças profundas devido ao desenvolvimento científico. Espera-se da escola que ela possa contribuir para a construção de uma democracia global, através da humanização dos povos, com valores como o respeito às diferenças e a solidariedade com os outros. Esse é o sentido e a finalidade da educação, o que justifica sua existência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto procurou-se inicialmente caracterizar brevemente a sociedade atual, designada por alguns teóricos como pós-moderna, por outros como pós-metafísica e que tem como suas marcas distintivas o processo de globalização, a complexidade e a presença das novas tecnologias. A intenção da primeira parte do artigo, em que pese a impossibilidade de tratar do tema de forma exaustiva, foi proporcionar uma reflexão para melhor situar os desafios que se colocam a pais e educadores, que foi objeto de discussão na segunda parte do trabalho.

A sociedade é global porque as relações econômicas, especialmente, ultrapassam as fronteiras nos Estados-Nações, pois os grandes conglomerados financeiros e industriais são transnacionais. Os países passaram a estabelecer acordos bilaterais ou multilaterais, formando blocos econômicos que acabam por configurar o mundo em grandes pan-regiões.

Relacionado a essa nova realidade outros fatores também tornaram a sociedade complexa, como a necessidade de convivência entre pessoas de diferentes culturas, com modos de vida e valores diferenciados, a emergência de movimentos de parcela da população que durante muitas décadas permaneceram segregadas, como as mulheres, os negros, os homossexuais, apenas para citar alguns.

A presença e as influências das novas tecnologias na formação das novas gerações faz parte da realidade atual e não há como retroceder. Por isso é imperativo que pais e professores saibam conduzir o processo de formação humana sem o deslumbramento pela tecnologia que caracteriza a postura dos jovens, nem a desconfiança que surge do seu desconhecimento pelas gerações anteriores.

A escola pode ajudar na formação de novas relações humanas se for capaz de promover espaços de interação entre esses diferentes grupos étnicos, sociais e culturais, de modo a desenvolver a capacidade de se ver o mundo sob a perspectiva do outro e manter com eles uma convivência respeitosa, pois as pessoas que desenvolvem essa habilidade sabem compreender os efeitos de suas ações sobre as outras pessoas por quem vão desenvolvendo laços de afeto.

EDUCATION OF HUMAN FORMATION IN DIGITAL SOCIETY

Abstract

The objective of this study is to analyze the role of education in societies that are globalized, complex and dominated by new technologies. This article was elaborated based on the literature of scholars such as CARDOSO (2007), OLIVEIRA (2005, 2009), DALBOSCO (2009), GOERGEN (2009), SANTAELLA (2004), DEMO (2007), PIMENTA and ANASTASIOU (2002), among others. Based on this study it was possible to trace a portrait of contemporary society, the process of globalization, especially the formation of large economic blocs, and to analyze the importance of new technologies in the core of society. Based on this scenario it was possible to highlight current challenges for the formation of new generations, especially as regards the school. We concluded that the binomial education - technology still requires further discussions that point to the need for continuous formation of teachers, because even being the protagonists on the formation of the new generation, they have not yet developed the skills, knowledge and attitudes needed to form the subjects for the current society.

Keywords: Globalization, Education, Digital Society, Human Formation

EDUCACIÓN Y FORMACIÓN HUMANA EN LA SOCIEDAD DIGITAL

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el papel de la educación en las sociedades globalizadas, complejas y dominadas por las nuevas tecnologías. Fue extraída de la literatura de autores como CARDOSO (2007), OLIVEIRA (2005, 2009), DALBOSCO (2009), GOERGEN (2009), SANTAELLA (2004), DEMO (2007), PIMENTA y ANASTASIOU (2002), entre otros. A partir de este estudio, fue posible hacer un retrato de la sociedad contemporánea, el proceso de globalización, especialmente la formación de grandes bloques económicos y analizar la importancia de las nuevas tecnologías en la sociedad actual. Fue este escenario en el que señaló los desafíos para la formación de las nuevas generaciones, sobre todo por la escuela. Se concluye que el binomio educación - tecnología todavía requiere de muchas discusiones que apuntan a la necesidad de formación continua de profesores, formadores,

porque a pesar de que las nuevas generaciones aún por desarrollar habilidades, conocimientos y actitudes necesarias para formar a los sujetos de la sociedad del conocimiento.

Palabras clave: Globalización, Educación, Sociedad Digital, Formación Humana

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel; TAVARES, J. Paradigmas de formação e investigação no ensino superior para o terceiro milênio. In: _____ *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

AZAMBUJA, Celso C. A universidade e a sociedade do conhecimento digital. In: I Congresso Internacional Sobre Filosofia Na Universidade - VI Simpósio Sul Brasileiro Sobre o Ensino de Filosofia, 2006. Universidade. Ijuí: UNIJUI, 2006.

CARDOSO, Oscar Valente. *Integração na atualidade: OMC e blocos regionais*. Ijuí: UNIJUI, 2007.

COELHO, I. M.; GUIMARÃES, G. Educação, escola e formação. In: *Inter-Ação*, Goiânia: UFG, v. 37, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 16 nov. 2013.

DALBOSCO, Claudio. *Sociedades complexas e formação de professores*. Passo Fundo: UPF/CNPq, 2009.

DELAUNAY, Geneviève Jacquiner. Novas tecnologias, novas competências. In: *Educar*. Curitiba: UFPR, n° 31, p. 276-284, 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/issue/view/742>. Acesso em: 16 nov. 2013.

DEMO, Pedro. *O porvir: desafio das linguagens do século XXI*. Curitiba: IBPEX, 2007.

ESTEVAO, Carlos Alberto Vilar. Desafios da pós-modernidade, educação, formação e projeto. In: ESTEVAO, Carlos A.V. (Org). *Políticas de Formação, Ética e Profissionalidade*. Curitiba editora CRV, 2012.

FAVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. *Educar o educador: reflexões sobre a formação docente*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Maria Teresa A. A escrita de adolescentes na Internet. *Revista de Psicologia Clínica*. vol 12, n° 2, .2000. pp. 171-188.

VIEIRA, M. M. M.; VIEIRA, J. A.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GARCIA, C. M. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

GOERGEN, Pedro L. *Sociedades complexas e formação de professores*. Passo Fundo, 2009. (Palestra proferida no Colóquio Sociedades Complexas e Formação de Professores).

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca/jhtm>. Acesso em: 02 maio. 2013.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *Para entender o MERCOSUL*. São Paulo: Moderna, 1998.

MENDES, Inês F; TEIXEIRA, Madalena. Representações sociais do bom professor de português. In: *Revista Interações, Lisboa: ULisboa*, v. 7, n 19, 2011. Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em: 20 fev.2013.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais: fragmentações do mundo*. Ijuí: UNIJUI, 2005. v. III.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Velhos e novos regionalismos*. Ijuí: UNIJUI, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASATIOU, Lea das G. C. Educação, identidade e profissão docente. In: _____. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

SENHORAS, Elói Martins; VITTE, Claudete de Castro Silva. *O novo regionalismo internacional da teoria à prática: um estudo de caso de integração regional e panregionalismo na encruzilhada sulamericana*. In: Anais do VI Fórum do MERCOSUL (Fomerco). Fev.2007. Disponível em: <http://works.bepress.com/eloi/46>. Acesso em: 15 jun. 2013.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra P. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. CEPAL: Santiago do Chile, 2007. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/30045/S82CI_L2776ePOregionalismo_pos_liberal_America_do_Sul.pdf. Acesso em: 20 jun. 2013.

Data de recebimento: 30/07/2013

Data de aceite: 20/09/2013